

Comunicação para sustentabilidade, memória social e cidadania em projetos de pesquisa



Danilo Rothberg

*Doutor em Sociologia pela Unesp
Docente e vice-coordenador do Programa de
Pós-graduação em Comunicação da Faculdade de
Arquitetura, Artes e Comunicação da Unesp (Bauru, SP)
E-mail: danroth@uol.com.br*

Resumo: Os riscos à sustentabilidade se tornaram proeminentes com o agravamento da crise hídrica no Brasil em 2014. O cenário atual pode ser estudado em um quadro no qual compareçam elementos como comunicação e cidadania, a serem relacionados à dimensão do que aqui será sistematizado a partir da literatura especializada como ‘memórias de engajamento’, expressão que pode contribuir para a delimitação de projetos inovadores de pesquisa. Este artigo sugere objetos de pesquisa que possam se beneficiar de tal convergência interdisciplinar.

Palavras-chave: sustentabilidade, memória social, cidadania, pesquisa em comunicação.

Comunicación para la sostenibilidad, memoria social y ciudadanía en proyectos de investigación

Resumen: Los riesgos para la sustentabilidad se hicieron prominentes con el agravamiento de la crisis hídrica en el Brasil en 2014. El escenario actual puede ser estudiado dentro de un marco en el cual aparezcan elementos como comunicación y ciudadanía, relacionados con el contexto aquí sistematizado a partir de la literatura especializada como ‘memorias de compromiso’, expresión que puede contribuir para la delimitación de proyectos innovadores de investigación. Este artículo sugiere objetos de investigación que puedan beneficiarse de tal convergencia interdisciplinar.

Palabras clave: sostenibilidad, memoria social, ciudadanía, investigación en comunicación.

Communication for sustainability, social memory and citizenship in research projects

Abstract: The risks to environmental sustainability became prominent with the worsening of the water supply crisis in Brazil in 2014. The present context can be studied in a frame with elements such as communication and citizenship, to be related to the dimension of what will be here systematized from the literature as ‘memories of engagement’, an expression which may contribute to the creation of innovative research projects. This paper and suggests research objects which could benefit from such interdisciplinary convergence.

Keywords: sustainability, social memory, citizenship, communication research.

Nem sempre visíveis no cotidiano da maioria das pessoas, os riscos à sustentabilidade ambiental se tornaram proeminentes com o agravamento da crise hídrica no Brasil em 2014. O problema, usualmente situado apenas no contexto das críticas à gestão das águas por setores da administração pública, pode ser estudado com mais profundidade se alçado a um quadro diferenciado, no qual compareçam elementos como cidadania e sustentabilidade, relacionados à dimensão do que, neste texto, será sistematizado a partir da literatura especializada como ‘memórias de engajamento’, expressão que, ao criar uma determinada perspectiva de compreensão do assunto, pode contribuir para a delimitação de objetos inovadores de pesquisa em comunicação. Saber comunicacional e

cidadania podem ser criativamente entrecruzados em projetos de investigação que busquem contribuir para o aprofundamento democrático, diante do déficit de participação política na decisão pública que impacta o meio ambiente.

Tais fatores serão relacionados aqui de maneira específica. As memórias de engajamento são um ativo de grupos e atores sociais que têm, há ao menos duas décadas, levado adiante a luta pela gestão sustentável.

As transformações das políticas ambientais ocorrem quando os esforços de engajamento assumem que a cooperação pode trazer ganhos coletivos



A cidadania emerge da participação política daqueles agentes em comitês gestores de bacias hidrográficas aos quais foi atribuído, desde a descentralização administrativa promovida pela Constituição Federal da República de 1988, papel central na formulação, execução e avaliação de políticas públicas. Já a sustentabilidade advém da perspectiva de que o fortalecimento dos comitês gestores pode ser necessário para a eficiência da gestão compartilhada, e esta é uma das vias para a consecução de um dos objetivos centrais da política democrática, qual seja, a maximização do bem estar por meio da administração eficaz dos recursos disponíveis, buscando-se a sustentabilidade ambiental.

Considerando-se que a comunicação pode assumir um papel na ativação e na preservação das memórias de engajamento, torna-se relevante delimitar estratégias adequadas de gestão da comunicação entre os setores sociais envolvidos nos comitês gestores do meio ambiente. A circulação aberta, pre-

ferencialmente em meio digital, de registros de lutas passadas e presentes constitui ativo importante para facilitar a articulação social em torno da tomada de decisão política. Este artigo caracteriza os termos desta equação normativa e indica objetos de pesquisa em comunicação e cidadania que possam se beneficiar de tal convergência interdisciplinar.

No percurso aqui adotado, em primeiro lugar são revisadas teorizações relevantes sobre comitês gestores setoriais e sustentabilidade ambiental (seção 2). Em segundo lugar, são caracterizados aspectos da memória como ativo de mobilização social na luta ambiental: indivíduos, grupos sociais e comunidades articuladas em torno de comitês hídricos podem armazenar, em suas memórias de engajamento cívico, narrativas que contemplam histórias de vida, trabalho e luta social, o que constitui objetos de pesquisa singulares (seção 3). Considerações finais sintetizam a contribuição do artigo para a delimitação de objetos de pesquisa que relacionem comunicação para sustentabilidade, memória e cidadania (seção 4).

● Comitês gestores e sustentabilidade

Quando o ativismo ambiental passa a ser fortalecido no Brasil à medida que o aparato repressivo começa a se dissolver no final da década de 1970, seus atores denunciam a adoção, no país, de um modelo de desenvolvimento desligado de preocupações com a degradação crescente, segundo Hochstetler & Keck (2007). Naquele momento, o ambiente institucional ainda não previa a gestão de recursos por meio do relacionamento entre a sociedade e os níveis municipal, estadual e federal de governo, o que só aconteceu com a criação de um conselho nacional através da Lei de Política Nacional do Meio Ambiente (n. 6.938) em 1981, conforme Jacobi (2003).

Os conselhos ou comitês gestores de bacias hidrográficas constituem um capítulo à parte no percurso da articulação entre poder público e sociedade no campo ambien-

tal no Brasil. As condições que propiciaram sua multiplicação decorrem, inicialmente, da descentralização administrativa promovida pela Constituição de 1988, ponto de partida para a criação de uma diversidade de mecanismos de participação política que representam inovações democráticas significativas, incluindo sistemas de orçamento participativo e conselhos gestores de políticas sociais nos três níveis de governo (Avritzer, 2012; Jacobi, 2003; Tatagiba, 2002).

O estado de São Paulo foi pioneiro no país na criação de tais comitês, com a aprovação da lei estadual 7.663 em 1991, que os torna, com funções consultivas e deliberativas, instrumento da política estadual para o setor (Jacobi, 2003). Segundo o artigo 24 da lei 7.663, eles são compostos por “representantes da Secretaria de Estado ou de órgãos e entidades da Administração Direta e Indireta, cujas atividades se relacionem com o gerenciamento ou uso de recursos hídricos (e) proteção ao meio ambiente (...)”, representantes dos municípios e de entidades da sociedade civil da bacia hidrográfica correspondente. Neste último caso, deve ser respeitado o limite de um terço do número total de votos, abrangendo: “a) universidades, institutos de ensino superior e entidades de pesquisa (...); b) usuários das águas, representados por entidades associativas; c) associações especializadas em recursos hídricos, entidades de classe e associações comunitárias, e outras associações não governamentais” (artigo 24).

Em 1997, a lei federal 9.433 instituiu mecânica semelhante de gestão para o país, conferindo valor econômico à água, a ser administrado da mesma maneira específica. “O processo de negociação ocorre em nível de bacia hidrográfica, através de organizações de bacias”, resume Jacobi (2003, p. 328): “esses colegiados deliberam sobre as atividades e políticas públicas que possam afetar a quantidade e a qualidade das águas em suas circunscrições”; além disso, eles “têm o poder de cobrar pelo uso da água através de

seus braços executivos, as agências de bacia, e de decidir sobre a alocação dos recursos arrecadados”, em geral através de fundos públicos constituídos unicamente para essa finalidade. Entre as atribuições de tais comitês segundo o artigo 38 da lei 9.433/1997, estão “arbitrar, em primeira instância administrativa, os conflitos relacionados aos recursos hídricos”, além de “aprovar o Plano de Recursos Hídricos da bacia”, acompanhar sua execução e “estabelecer os mecanismos de cobrança pelo uso de recursos hídricos”.

Abers & Keck (2013, p. 3) caracterizam as reformas promovidas por meio da inovação representada pelos conselhos gestores de bacias hidrográficas: “a reforma da gestão das águas se tornou uma arena na qual uma grande variedade de atores situados em posições diferentes e inspirados por motivações distintas trabalhou para modificar o modo pelo qual as pessoas entendiam e tomavam decisões sobre recursos hídricos”.

As transformações passam pelo desenho de formatos participativos nos quais os esforços de engajamento assumem que a cooperação pode trazer ganhos coletivos. As reformas assinalam que os conflitos podem ser administrados como embates em que todos podem ganhar, em busca do que Abers & Keck (2013, p. 3) consideram como “autoridade prática”, entendida como uma natureza de poder colocado em ação “quando atores específicos (indivíduos ou organizações) desenvolvem capacidades e obtêm reconhecimento dentro de uma área de política pública em particular, habilitando-os a influenciar o comportamento dos outros atores”. No contexto, não é a autoridade formal de mandatários ou burocratas o fator determinante da decisão política, mas sim a legitimidade construída no campo de sua formulação por atores sociais no interior dos comitês.

Segundo a estimativa de Abers & Keck (2013, p. 5), já em 2011 mais de 133 milhões de brasileiros viviam na abrangência territorial de ao menos um comitê de bacia hidrográfica, mas não sem complicadores: “muitos

comitês encontravam-se incapazes de realizar as tarefas atribuídas por lei, porque tais responsabilidades eram vagas ou requeriam a cooperação de outras instituições que não estavam preparadas ou até se opunham a tais mudanças”.

A atuação dos comitês pode ser compreendida no quadro do estado atual das teorizações sobre sustentabilidade. Em sua revisão da literatura especializada, Jatobá, Cidade e Vargas (2009, p. 49-50) distinguem três abordagens teóricas, que “abrigam tendências evolutivas distintas no movimento ambientalista”. Todas elas buscam a sustentabilidade, mas com diferentes propostas de aproximações, contrastes e formas de resolução de confrontos entre capital, trabalho e natureza. A primeira delas, denominada ‘ecologia radical’, aposta na capacidade humana de engendrar tecnologias capazes de solucionar ou ao menos amenizar desequilíbrios ambientais. Implícita nesta abordagem, que subjaz a medidas como delimitação de áreas de conservação e proteção de espécies, está a perspectiva de que os aspectos econômicos e sociais podem ser submetidos aos imperativos de gestão baseados na preocupação ecológica.

A segunda abordagem, denominada ‘ambientalismo moderado’, já reconhece que a conservação ambiental não é necessariamente compatível com o crescimento econômico e populacional, de forma que uma trajetória contínua de degradação pode ameaçar a própria sobrevivência capitalista. A criação de fundos, compromissos e pactos internacionais se fundamenta sobre esta abordagem, que também recomenda desconcentração urbana e industrial e implantação de políticas de ocupação territorial planejada. A expressão ‘desenvolvimento sustentável’, embora seja empregada eventualmente como sinônimo de sustentabilidade, não deve ser confundida com esta, à medida que conceitual e historicamente equivale essencialmente às propostas da abordagem do ambientalismo moderado.

A terceira abordagem, denominada ‘ecologia política’, propõe a indissociabilidade entre os contextos político, econômico e ambiental. As desiguais capacidades de os atores sociais conduzirem a exploração econômica a seu favor estão no cerne desta abordagem, que privilegia enfoques sobre os conflitos socioambientais como eventos decorrentes dos confrontos entre as capacidades e prerrogativas detidas pelos diversos agentes em disputa no campo político. A abordagem da ecologia política denuncia como os custos ambientais tendem a recair sobre as partes em desvantagem na arena decisória e reivindica a criação e manutenção de fóruns adequados para reequilibrar os processos de poder e tomada de decisão. A justiça ambiental entra em foco, colocando a exigência de mecanismos de gestão democrática para equacionar a partilha da decisão política e socializar os custos da gestão de impactos gerados pela exploração de recursos para a expansão econômica.

Neste percurso teórico, os comitês gestores de bacia hidrográfica se situam como inovação democrática singular para a gestão das águas, sintonizada à tendência da ecologia política, indicam Jatobá, Cidade e Vargas (2009), com potencial para ampliar a participação na formulação, execução e avaliação de políticas públicas, gerando sinergias com o poder público e alargando o espaço de visibilidade de sua responsabilização, inclusive em situações limite, como a crise hídrica vivida no Brasil em 2014.

Se muitos comitês hídricos já possuem mais de 20 anos de atuação, vale questionar: como seu trajeto histórico e as memórias de engajamento de seus integrantes na causa ambiental podem ser preservados e disponibilizados para fácil acesso, de maneira a constituir um ativo capaz de favorecer a articulação, no presente e no futuro, de tal formato de organização social?

A percepção do meio ambiente como objeto de disputa aberta — mas democraticamente organizada — no âmbito dos comitês hídricos é fruto de uma conjunção cultural específica, de um percurso de aprendizado

democrático entrecruzado com configurações nacionais únicas. Assim, cabe questionar: como o saber comunicacional — fundado nas ciências da comunicação, mas enriquecido pelo aporte de outras áreas do conhecimento — pode contribuir para fazer circular aquela cultura, trazê-la à tona para ser compartilhada nos ambientes sociais nos quais interagem as experiências acumuladas por aqueles que se engajam naqueles organismos e as expectativas dos novos militantes?

A respostas a essas questões são complexas e demandam um tratamento rigoroso, superior em extensão aos limites deste artigo. As indicações que podem aqui ser apresentadas colocam-se como contribuições para a delimitação de objetos de pesquisa em comunicação que explorem tais questionamentos. Repositórios digitais que considerem as memórias de engajamento em seu potencial como ativo para fortalecer organizações sociais singulares, tais como os comitês hídricos, estão no centro dos objetos de pesquisa aqui sugeridos. A próxima seção avança para situar tais sistemas de recuperação e armazenamento digital na pesquisa em comunicação e cidadania e o que se considera como memória social em uma convergência interdisciplinar na qual a comunicação assume papel essencial.

Memória, comunicação e cidadania como problema de pesquisa

A reconstituição de trajetórias individuais por meio da recuperação de fragmentos de existência permite, com a acumulação de lembranças então dispersas e sua reconexão com aspectos da história coletiva, a composição de quadros gerais de memória que projetam conhecimento histórico sobre lutas sociais que permeiam a cidadania, aqui entendida como exercício de direitos civis e políticos (Dahrendorf, 1992; Marshall, 1967). O saber comunicacional pode contribuir com o processo justamente na tarefa de reconstrução daqueles quadros e de sua circulação em formatos de fácil acesso, o que envolve desde

a aplicação de técnicas de captação de relatos até a elaboração de formatos comunicativos adequados, passando pela disposição de dados, antes originalmente isolados ou desconexos, na forma de narrativas que confirmam sentido à informação antes dispersa.

A valorização da memória como recurso de preservação do passado e fortalecimento da organização social, através da conservação das memórias de engajamento de seus integrantes, tem sido observada nas ciências humanas no Brasil ao menos nos últimos dez anos. Referências usuais, como Bosi (1995) e Thompson (2002), foram relidas e ganharam novas repercussões, influenciando trabalhos



“A memória pode interferir no exercício da cidadania (...) porque atribui existência ao sujeito, fazendo-o sentir-se agente histórico e social”

de recuperação de lembranças que combinam olhares individuais e visões decorrentes do pertencimento a coletividades, nas quais “os apoios comunitários são articulados de modo original pela memória individual, desde então participando de um ponto de vista particular sobre o passado”, segundo Frochtengarten (2005, p. 367). A tendência exige dialogar com as teorias da memória como construção social, elaboradas de maneira pioneira no início do século 20 por Halbwachs (1990) e Bartlett (1995), e sistematizadas em seu quadro contemporâneo em trabalhos como Santos (2003) e Misztal (2003), para acomodar a contribuição das tecnologias de informação e comunicação, que permitem a construção de repositórios digitais com novas capacidades de armazenamento, preservação, exibição e ferramentas de busca.

As tarefas de reativação e circulação da memória podem ser facilitadas por dispositivos de reconstrução digital de narrativas, com recursos de vídeo e hipermídia, culminando na construção de arquivos digitais que tornam acessíveis o acesso e a busca por conhecimento histórico sobre mobilizações sociais. A interdisciplinaridade é uma característica do percurso de investigação de linguagens e aparatos adequados, que devem estar assentados em recortes teóricos coerentes, que respeitem o pensamento original dos autores centrais, mas ao mesmo tempo fun-

*Enquanto recurso
de resiliência, a memória
pode ser conservada
como ativo de grupos
que precisam lidar
com cenários
ambientais adversos*



damentem experimentações, segundo Abreu (2006), combinando conhecimentos que se entrecruzam em teorizações integradas.

Neste contexto, o saber comunicacional comparece na gênese de objetos de pesquisa como fonte fundamental para os esforços de compreensão da dinâmica da memória coletiva, diante das enormes transformações ocorridas após a formulação do conceito nas primeiras décadas do século 20. Para Sá (2007, p. 293), as ordens de mudanças incluem “delimitações grupais (...) cada vez mais imprecisas e obrigando assim à sua consideração em termos latos e flexíveis”, o que exige pensar públicos como entidades fluidas, sem uma unidade necessariamente estável, organizando-se somente periodicamente em função de demandas temporárias; e a ocorrência da “interação face a face, comumente evocada quando se pensa numa elaboração coletiva ou propriamente grupal,

(...) sendo rapidamente substituída pela interação via internet”.

As transformações podem inspirar investigações sobre como os ambientes digitais podem ser concebidos para preservar as memórias de engajamento em lutas passadas e processos de adaptação, de forma que, no presente, indivíduos e grupos separados geograficamente, mas agindo em torno de metas comuns, possam se beneficiar de acervos de experiências que contribuam para intensificar o significado de suas reivindicações no presente.

Esta frente de pesquisa não é nova e apresenta resultados significativos, inclusive no Brasil, como os repositórios digitais ‘Memórias do ABC’¹ (Goulart; Perazzo, 2010), ‘Memórias da ditadura’² e as diversas seções do Museu da Pessoa³ (Clarke, 2009), que constituem realizações bem-sucedidas, capazes de indicar caminhos para a prospecção de memórias de engajamento em organizações ambientais, ainda pouco explorada. Neste sentido, cabe adotar a perspectiva de que a “memória pode interferir no exercício da cidadania (...) porque atribui existência ao sujeito, fazendo-o sentir-se agente histórico e social, o que lhe garante poder nas relações, resgata sua identidade, cria valores sociais relacionados ao grupo e ao espaço de convivência”, indicam Goulart, Perazzo e Lemos (2005, p. 160). A perspectiva é relevante para as pesquisas em comunicação que busquem reconstituir aspectos da história de lutas pela sustentabilidade à medida que as “narrativas, com a ênfase às formas de construção e organização do discurso pelos sujeitos, (...) servirão também de objeto de análise para revisitar momentos históricos, compreender processos comunicacionais e culturais”, segundo Capriño e Peruzzo (2011, p. 806). Isto é, a convergência interdisciplinar de história, comunicação, psicologia social e ciências sociais que alimenta o estudo da memória tem, no saber

¹ <<http://hipermemo.uscs.edu.br/>>.

² <<http://memoriasdaditadura.org.br/>>.

³ <<http://www.museudapessoa.net/pt/home>>.

comunicacional, uma chave para acessar a reconstrução e a recirculação do passado nos processos de ativação e conservação da memória que conferem sentido ao presente.

A preservação da memória das organizações sociais se inscreve ainda na afirmação do direito à comunicação, como indica Peruzzo (2013), que atribui, às “redefinições políticas características de um período histórico que restabelece as regras democráticas”, fatores como a multiplicação tanto de organizações não governamentais assumindo funções antes desempenhadas por movimentos sociais, quanto de “arenas de negociação normatizadas, tais como os conselhos setoriais”, nas quais são negociadas vias institucionalizadas de busca dos direitos de cidadania (Peruzzo, 2013, p. 164).

No contexto de indivíduos e grupos sociais que se engajam em conselhos ambientais, o estudo de processos comunicativos abre a via para a obtenção de conhecimento sobre como as narrativas que estruturam a memória são construídas, reproduzidas, circuladas e podem ser exploradas como um recurso que fortalece indivíduos e grupos em sua contínua luta adaptativa diante do imperativo da sustentabilidade. Cabe aqui situar a utilidade do termo *resiliência*, originário da física de materiais, a ser usado figurativamente para significar a capacidade de adaptação de indivíduos a mudanças necessárias em função de novos desafios em seu habitat ou ambiente de convivência ou trabalho.

A memória socioecológica de grupos e indivíduos retém aspectos das respostas encontradas por uma comunidade para lidar com desafios ambientais como secas, enchentes e ameaças à sustentabilidade como desflorestamento em torno de reservatórios e nascentes de água e perda de matas ciliares. Enquanto recurso de resiliência, a memória pode ser recuperada, conservada e recirculada como ativo de grupos que precisam lidar com cenários ambientais adversos, sejam eles possivelmente agravados por mudança climática ou devastação da natureza.

Esta problematização específica da memória gerida por práticas e dispositivos comunicativos como ativo de mobilização social na luta ambiental pode ser relativamente nova no Brasil, mas a literatura internacional especializada já acumula relatos de experimentos recentes que indicam a relevância do papel da preservação de lembranças através da produção de vídeos participativos como recurso de resiliência para grupos nativos na gestão de recursos naturais na Amazônia (Mistry et al., 2014); para comunidades afetadas por desastres naturais, como no caso do aprendizado coletivo em New Orleans durante quatro décadas de furacões (Colten; Sumpter, 2009); e para comunidades que inovam com mecanismos criativos de gestão da sustentabilidade na Groenlândia e em Madagascar (Nykqvist; Heland, 2014).

Os processos de memória são construídos dialeticamente em troca simbólica com quadros sociais e institucionais mais amplos, e com bases sobre as quais se assentam os enquadramentos coletivos que influenciam as lembranças individuais. Aqui, o conceito de enquadramento é utilizado nos termos de sua gênese pela psicologia cognitiva, e não necessariamente no desenvolvimento posterior pelas teorias do discurso e do jornalismo, conforme o distinguem Mendonça e Simões (2012). O significado pertinente neste contexto é o de enquadramento como moldura cognitiva através da qual a realidade sensível é percebida, composta por processos em geral inconscientes e marcados pelo cruzamento de memórias, experiências, aprendizados, valores, crenças, costumes etc, que interagem no cotidiano de maneira a organizar a experiência dos indivíduos.

Memórias individuais são produtos de interpretações pessoais da história vivida por uma coletividade, formadas através da dinâmica do relacionamento acumulado com os demais integrantes daquela comunidade; daí o caráter social da memória. “A memória é social porque qualquer memória existe por

meio de sua relação com aquilo que foi compartilhado com outros: linguagem, símbolos, eventos e contextos sociais e culturais”, resume Misztal (2003, p. 11).

A lembrança não ocorre no vácuo. “Nós lembramos como membros de grupos sociais, e isto implica assumir e internalizar as tradições comuns e representações sociais compartilhados por nossas coletividades”, segundo Misztal (2003, p. 12), de forma que a memória coletiva é constituída por meio do compartilhamento de elementos culturais que são ativados pela cooperação e servem ao propósito de facilitar os relacionamentos sociais. A memória social abriga essencialmente as práticas culturais organizadas que fornecem maneiras de compreensão do mundo, crenças e opiniões para que as pessoas orientem suas ações.

A memória coletiva provê analogias entre eventos presentes e passados, destacando-se sua capacidade de influenciar o presente e o futuro, ao contribuir para a formação de quadros atuais de percepção de novos acontecimentos: “à medida que buscamos meios para impor uma ordem de significado sobre a realidade, confiamos na memória como fonte de representações simbólicas e enquadramentos que podem influenciar tanto nossas ações quanto nossas concepções de nós mesmos”, indica Misztal (2003, p. 13).

A resolução de conflitos de natureza política por meio da cooperação pode se beneficiar da memória social. “As atitudes cooperativas de um grupo são o resultado de sua habilidade para avaliar criticamente seus respectivos passados de maneira a assegurar a tolerância e a remover barreiras ao entendimento mútuo”, segundo Misztal (2003, p. 14), que adverte: se a memória não estiver disponível como fonte de parâmetros de avaliação do passado, “não seremos avisados sobre perigos potenciais para as estruturas democráticas e não teremos oportunidades de obter uma consciência mais rica sobre o arsenal de possíveis soluções” (p. 14).

Este contexto teórico é fundamental para

os esforços de captar, registrar e propor maneiras de tornar as memórias de engajamento circuláveis e acessíveis de maneira generalizada, à medida que fundamenta a perspectiva de que os objetos continuamente postos na arena decisória tendem a não ser totalmente novos, e sim são largamente marcados por acordos, concessões, vitórias e derrotas pregressos. “A memória, quando empregada como um reservatório de heróis e mitos oficialmente sancionados, pode ser vista como uma tradição ampla e sempre inventada (em algum grau) que explica e justifica os fins e os meios ou a ação social organizada (...)”, indica Misztal (2003, p. 15).

Neste sentido, a memória não é apenas conhecimento histórico, e sim experiência do vivido em ambientes permeados por relações sociais, econômicas e políticas. As memórias de engajamento daqueles que participam de organizações sociais e conselhos setoriais podem ser recuperadas por meio de metodologias adequadas de registro de história oral que busquem as intersecções entre trajetórias pessoais e seu percurso inscrito no âmbito coletivo. Novamente, cabe lembrar que a interdisciplinaridade é marca essencial das abordagens que se utilizam daquelas metodologias; se isto apresenta vantagens porque tende a gerar recortes criativos de pesquisa, somente viabilizados em função do enorme potencial de métodos e técnicas, ao mesmo tempo traz dilemas que exigem delimitação teórica adequada para seu equacionamento (Caprino; Perazzo, 2011).

É o caso, por exemplo, da necessidade de buscar a interpretação dos achados de memória oral dentro do âmbito dos acontecimentos experienciados pela coletividade e sua relação com o cenário maior dado pelas configurações políticas, econômicas e sociais do período histórico, sob pena de forjar uma suposta originalidade não correspondente ao momento vivido. Assim como seu agente, a memória não é absolutamente livre dos muitos constrangimentos impostos pela experiência do cotidiano, que inclusive

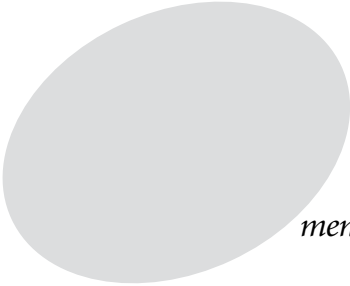
implicam compulsões sociais para lembrar ou esquecer. “As pessoas usualmente acreditam que sejam livres em seus pensamentos e sentimentos, quando na verdade elas os alimentam da mesma porção de pensamento e compreensão comuns”, ressalva Misztal (2003, p. 53). A mente individual não existe por si; ela depende do ambiente externo para elaborar significado às suas maquinações. “Somente em contextos sociais os indivíduos são capazes de transformar suas imagens privadas em padrões apropriados e armazenáveis pelo grupo como um todo”, que funcionam como estruturas conceituais esculpidas pelas comunidades no percurso de suas lembranças. A memória individual somente assume significado em contraste com a memória coletiva (Misztal, 2003, p. 53).

No processo, a memória coletiva, como um substrato dinâmico de representações do passado que tomam forma no presente sob a influência de complexas cadeias relacionais de sentido, alimenta a negociação de elementos que vão, gradualmente, compor singularidades grupais e identidades individuais. Em particular para a pesquisa de memórias de engajamento, cabe verificar como as aspirações de futuro podem ser influenciadas pelos desfechos de avanços e retrocessos vividos. Na luta das arenas dispostas por conselhos gestores de políticas setoriais, as imagens de um destino desejável adquirem conteúdos diversos, dependendo do grupo que as nutre, de histórias de conquistas e desilusões.

Estabilidade e identidade, fatores fundamentais em períodos de transição e mudanças sociais que exigem adaptação para sobrevivência, dependem da conservação da memória. Da mesma forma, diante de um vazio histórico, as lutas tenderiam a parecer confrontos de primeira instância, nos quais os grupos se enfrentariam sem a possibilidade de recorrerem ao inventário de soluções anteriores. Cada passo seria dado no vácuo. O aprendizado social não se faria visível para ser gerido de forma construtiva.

Considerações finais

Este artigo delineou uma perspectiva de consideração do que aqui foi caracterizado, na esteira de um enfoque específico sobre a literatura especializada, como ‘memórias de engajamento’, acumuladas por indivíduos e grupos sociais em suas experiências na luta pela gestão com justiça social de recursos hídricos. O argumento construído indicou como necessárias, inclusive para enfrentar o déficit de participação política que impacta a gestão ambiental na crise hídrica que afetou o Brasil no ano de 2014, a ativação, a recuperação e a



A contribuição das pesquisas em comunicação se torna mais necessária diante da relevância do tratamento dado às memórias de engajamento social

circulação de memórias de engajamento, por meio de projetos de pesquisa em comunicação que fundamentem a criação e manutenção de repositórios digitais. Como contribuições ao delineamento de objetos de investigação, foram apresentados aspectos da criação e da atuação dos comitês de recursos hídricos no país, que foram evidenciados como espaços de participação política que podem se beneficiar do registro e da exposição pública das memórias de seus integrantes. A memória social, configurada em determinada convergência interdisciplinar, foi caracterizada como ativo capaz de fortalecer a articulação social, uma vez recuperada, preservada e recirculada adequadamente em sistemas digitais.

Cabe ressaltar, por fim, que não se compartilha, aqui, da perspectiva de considerar as tecnologias de informação e comunicação como panaceia, prontas a oferecer soluções perfeitas para a gestão da comunicação

em projetos de recuperação e visibilidade de memórias de engajamento. Há que se observar que os repositórios digitais, em função de características intrínsecas, não facilitam necessariamente a disposição de narrativas, sua localização e acesso por vias eficazes de busca. A este respeito, Garde-Hansen (2009, p. 142) cita Manovich (2001), para quem os arquivos de dados e as narrativas são inimigos naturais, já que cada um possui lógicas ordenadoras absolutamente distintas. Garde-Hansen (2009, p. 142) exemplifica: “como o Facebook conta as histórias das vidas das pessoas, e como contar a história de sua vida usando o Facebook?”.

Ou seja, está em questão a capacidade de os sistemas usualmente empregados nos ambientes digitais da atualidade efetivamente abrigarem narrativas da memória com fidelidade, tais como elas se encontram em estado fluido quando ativadas e recuperadas por estratégias metodológicas adequadas, e as tornarem disponíveis para acesso geral. Neste caso, o desafio é perceber as dimensões do sistema necessário nos termos dos ecossistemas digitais das humanidades, perspectiva sustentada por Anderson e Blanke (2012, p. 4), para quem as ciências humanas precisam “resistir e sustentar um lugar para as ‘grandes’ humanidades, que buscam fazer experimentos, interpretar e interagir com grandes volumes de conteúdo, e precisam de grandes infraestruturas de pesquisa que viabilizem e deem suporte ao trabalho”.

A tecnologia conta menos neste contexto, ao passo que colaboração e inteligência coletiva são mais importantes, sugerindo que indivíduos, grupos sociais e comunidades articulados politicamente são fundamentais na construção de um ecossistema digital; são eles que podem alimentar os sistemas, de maneira participativa, compartilhada e aberta. Restará aos sistemas informatizados a tarefa de proporcionar a interligação entre grandes conjuntos de dados, histórias e narrativas, a fim de conferir, ao repositório digital de conteúdos, qualidades distintas do conceito usual de arquivo, para o qual muitas vezes é obrigatório dominar ante-

riormente procedimentos de busca e, principalmente, saber antecipadamente o que se está buscando — em contraste com a dinâmica da linguagem da internet, aberta e intuitiva (Manovich, 2001). As diferenças de acesso à informação entre uma biblioteca convencional e uma digital devem ser respeitadas (Rimmer et al., 2008). Em um ecossistema digital, a busca deve ser autoguiada por temas, com escolhas intuitivas, que dispensem conhecimento prévio sobre o funcionamento do sistema, tais como são as experiências pioneiras descritas por Anderson e Blanke (2012), como a European Holocaust Research Infrastructure⁴ e a seção online de memória nacional da Biblioteca do Congresso dos Estados Unidos.⁵

Projetos digitais de memória como estes e mesmo o brasileiro Museu da Pessoa (Clarke, 2009) sugerem que a infraestrutura de armazenamento de dados e sua fácil e rápida disponibilização é cara, complexa e requer investimento constante em expansão e manutenção.

As limitações são poderosas, e os recursos, escassos. Mas, diante da relevância do tratamento das memórias de engajamento como ativo para o fortalecimento de organizações sociais estratégicas como os comitês setoriais, a contribuição das pesquisas em comunicação se torna mais necessária.

Agradecimentos

Este artigo foi escrito durante um período de estágio como pesquisador visitante no King’s College London (Universidade de Londres), com a supervisão de Anna Reading e realizado com apoio da Unesp (Pró-Reitoria de Pós-Graduação) e Fapesp (Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo, processo 2013/22772-5), para os quais registramos agradecimentos.

Também agradecemos aos pareceristas anônimos deste periódico pelas contribuições ao aperfeiçoamento do texto.

(artigo recebido abr.2015/aprovado jun.2015)

⁴ <http://www.ehri-project.eu/>

⁵ <http://memory.loc.gov/ammem/index.html>

Referências

- ABERS, R. N.; KECK, M. E. **Practical authority**: agency and institutional change in Brazilian water politics. Oxford: Oxford University Press, 2013.
- ABREU, R. M. R. M. Chicletes eu misturo com bananas? Acerca da relação entre teoria e pesquisa nos estudos em memória social. In: DODEBEL, V.; GONDAR, J. (Orgs.). **O que é memória social?** Rio de Janeiro: DPA, 2006, p. 20-34.
- ANDERSON, S.; BLANKE, T. Taking the long view: from e-science humanities to humanities digital ecosystems. **Historical Social Research**, v. 37, n. 3, p. 147-164, 2012.
- AVRITZER, L. The different designs of public participation in Brazil: deliberation, power sharing and public ratification. **Critical Policy Studies**, n. 6, v. 2, p. 113-127, 2012.
- BARTLETT, F. C. **Remembering**: a study in experimental and social psychology. Cambridge, MA: Cambridge University Press, 1995.
- BOSI, E. **Memória e sociedade**: lembranças de velhos. 4. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- BRASIL. **Lei 9.433, de 8 de janeiro de 1997**. Institui a Política Nacional de Recursos Hídricos, cria o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9433.htm>. Acesso em: 15 fev. 2015.
- CAPRINO, M. P.; PERAZZO, P. F. História oral e estudos de comunicação e cultura. **Revista Famecos**: mídia, cultura e tecnologia, v. 18, n. 3, p. 801-815, set./dez. 2011.
- COLTEN, C. E.; SUMPTER, A. R. Social memory and resilience in New Orleans. **Natural Hazards**, v. 48, n. 3, p. 355-364, 2009.
- CLARKE, M. A. The online Brazilian Museu da Pessoa. In: GARDE-HANSEN, J.; HOSKINS, A.; READING, A. (Eds.) **Save as... digital memories**. Basingstoke: Palgrave, 2009, p. 151-166.
- DAHRENDORF, R. **O conflito social moderno**. Rio de Janeiro: Zahar; São Paulo: Edusp, 1992.
- GARDE-HANSEN, J. MyMemories?: Personal digital archive fever and Facebook. In: GARDE-HANSEN, J.; HOSKINS, A.; READING, A. (Eds.) **Save as... digital memories**. Basingstoke: Palgrave, 2009, p. 135-160.
- GOULART, E. E.; PERAZZO, P. F. Caminhos cruzados no mundo digital: a hiperídia e a memória. **Comunicação & Inovação**, São Caetano do Sul, v. 11, n. 21, p. 16-23, 2010.
- GOULART, E. E.; PERAZZO, P. F.; LEMOS, V. Memória e cidadania nos acervos de história oral e mídia digital. **Em Questão**, v. 11, n. 1, p. 153-166, 2005.
- FROCHTENGARTEN, F. A memória oral no mundo contemporâneo. **Estudos Avançados**, v. 19, n. 55, p. 367-376, 2005.
- HALBWACHS, M. A memória coletiva. São Paulo: Vértice, 1990.
- HOCHSTETTLER, K.; KECK, M. E. **Greening Brazil**: environmental activism in state and society. Duke University Press, 2007.
- JACOBI, P. R. Espaços públicos e práticas participativas na gestão do meio ambiente no Brasil. **Sociedade e Estado**, v. 18, n. 1/2, p. 137-154, 2003.
- JATOBÁ, S. U. S.; CIDADE, L. C. F.; VARGAS, G. M. Ecologismo, ambientalismo e ecologia política: diferentes visões da sustentabilidade e do território. **Sociedade e Estado**, v. 24, n. 1, p. 47-87, 2009.
- MANOVICH, L. **The language of new media**. Cambridge, MA: MIT Press, 2001.
- MARSHALL, T. H. **Cidadania, classe social e status**. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.
- MATOS, H. **Capital social e comunicação**: interfaces e articulações. São Paulo: Summus, 2009.
- MENDONÇA, R. F.; SIMÕES, P. G. Enquadramento: diferentes operacionalizações analíticas de um conceito. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 27, n. 79, p. 187-235, 2012.
- MISTRY et al. The role of social memory in natural resource management: insights from participatory video. **Transactions of the Institute of British Geographers**, n. 39, p. 115-127, 2014.
- MISZTAL, B. **Theories of social remembering**. Maidenhead: Open University Press, 2003.
- NYKVIST, B.; HELAND J. Social-ecological memory as a source of general and specified resilience. **Ecology and Society**, v. 19, n. 2, 2014.
- PERUZZO, C. M. K. Comunicação nos movimentos sociais: o exercício de uma nova perspectiva de direitos humanos. **Contemporânea**: comunicação e cultura, v. 11, n. 1, p. 138-158, 2013.
- RIMMER, J. et al. An examination of the physical and the digital qualities of humanities research. **Information Processing and Management**, v. 44, p. 1374-1392, 2008.
- SÁ, C. P. Sobre o campo de estudo da memória social: uma perspectiva psicossocial. **Psicologia: Reflexão e Crítica**, v. 20, n. 2, p. 290-295, 2007.
- SANTOS, M. S. **Memória coletiva e teoria social**. São Paulo: Annablume, 2003.
- SÃO PAULO. **Lei nº 7.663, de 30 de dezembro de 1991**. Estabelece normas de orientação à Política Estadual de Recursos Hídricos bem como ao Sistema Integrado de Gerenciamento de Recursos Hídricos. Disponível em: <http://licenciamento.cetesb.sp.gov.br/legislacao/estadual/leis/1991_Lei_Est_7663.pdf>. Acesso em: 15 fev. 2015.
- TATAGIBA, L. Os conselhos gestores e a democratização das políticas públicas no Brasil. In: DAGNINO, E. (org.) **Sociedade civil e espaços públicos no Brasil**. São Paulo: Paz e Terra, 2002, p. 47-103.
- THOMPSON, P. **A voz do passado**: história oral. São Paulo: Paz e Terra, 1992.

